

Retrospectiva Tecnológica 2015

O ano está finalizando e, além de desejar boas festas a todos e um feliz 2016, com muitas realizações e objetivos alcançados, a STI gostaria de relembrar as ações mais impactantes de tecnologia realizadas ao longo do ano, demonstrando os benefícios obtidos pelo Tribunal até o momento.

No mundo de hoje, a tecnologia está tão intimamente ligada ao dia a dia das organizações que a gestão de TI, quando bem executada, tem o potencial de melhorar consideravelmente os resultados pretendidos ou, quando mal executada, dificultar ou até impedir o alcance desses resultados.

A Secretaria de Tecnologia da Informação, no ano de 2015, adotou postura de total alinhamento de suas ações aos objetivos estratégicos declarados no Planejamento Estratégico Institucional do Tribunal, seguindo a principal diretriz da Governança de TI, que consiste no alinhamento da TI ao Negócio.

A seguir, serão elencados os principais avanços da STI e benefícios gerados ao Tribunal neste ano de 2015. O relatório anual completo das atividades da STI em 2015, com o posicionamento dos indicadores e projetos definidos no Plano Diretor de Tecnologia da Informação, poderá ser obtido pelo Portal de Serviços da STI.

1. Definição do Planejamento Estratégico de TIC – PETIC e Plano Diretor de TIC – PDTIC

A partir do excelente trabalho produzido na gestão da Des. Tânia Vasconcelos, que produziu o Planejamento Estratégico Institucional do Tribunal, foi possível à STI conduzir, com maior

segurança, o processo de Planejamento Estratégico de TIC – PETIC, onde foram definidos os objetivos estratégicos que a STI perseguiria no período de 2015 a 2020, para desenvolver ações que apoiassem ou viabilizassem o alcance dos objetivos estratégicos do Tribunal.

A partir do PETIC, foi produzido o Plano Diretor de TIC – PDTIC, definindo claramente as ações de tecnologia que seriam priorizadas durante o biênio 2015-2016, dando total clareza e transparência ao direcionamento que a STI adotará durante esse período.

Estes dois instrumentos importantíssimos de gestão estão publicados no portal de serviços da STI, e garantem ao Tribunal que esta Secretaria possui um foco definido, evitando que ela se desvie desse foco e deixe de atingir os resultados necessários ao Tribunal.

2. Aprovação da Política de Segurança da Informação

A Política de Segurança da Informação é instrumento fundamental para garantir a estabilidade do ambiente de Tecnologia da Informação, definindo condutas dos usuários da tecnologia, responsabilidades e diretrizes que garantirão que a informação produzida e manuseada pelo Tribunal, através dos sistemas informatizados, tenham resguardadas a sua integridade, disponibilidade e autenticidade.

O texto da Política de Segurança da Informação foi aprovado em reunião da Comissão de Gestão de Tecnologia da Informação do Tribunal e, tão logo seja analisado pelo Pleno do Tribunal, será publicado e divulgado a todos os funcionários.

3. Aprovação da Política de Gestão de Serviços de TI

Cumprindo um dos requisitos para obtenção da Certificação ISO/IEC 20.000, à qual a STI possui como meta até o final do biênio 2015-2016, foi aprovado o texto da Política de Gestão de Serviços de TI, formalizando o modelo de gestão que vem sendo adotado pela STI, dando direcionamento claro para todas as decisões do dia a dia da gestão da Secretaria, relativamente ao atendimento ao usuário, infraestrutura de TIC, arquitetura e desenvolvimento de sistema, bem como para as contratações de TI.

Tal instrumento contribui para que seja mantida a coerência entre as decisões tomadas pelas diversas áreas da STI, evitando conflitos e criando maior sinergia entre as unidades.

O texto da Política de Gestão de Serviços de TI foi aprovado em reunião da Comissão de Gestão de Tecnologia da Informação do Tribunal, e tão logo seja analisado pelo Pleno do Tribunal, será publicado e divulgado a todos os funcionários.

4. Fortalecimento da Governança e Apoio à Gestão de TI

Em resposta a um cenário em que a STI atuava com protagonismo demasiado, assumindo para si decisões que deveriam ser tomadas pelo negócio, relacionadas aos sistemas de informação administrativos e judiciais, a STI promoveu fortemente a criação da cultura da TI como parceiro estratégico, capaz de auxiliar o Tribunal na tomada de decisões e na melhor execução dessas decisões.

Assim, a STI fomentou a tomada de decisões por comitês, comissões e grupos de trabalho multidisciplinares e por outras unidades mais estratégicas do Tribunal, a fim de que os direcionamentos que constituem a Governança de TI no Tribunal

fossem, de fato, definidos pela Alta Gestão, como recomendam as boas práticas de mercado, e não pela STI isoladamente, proporcionando maior segurança nas decisões, visto que todas as áreas do Tribunal têm a oportunidade de dar a sua contribuição.

Desta forma, as questões relacionadas à gestão de TI, tais como: plano de contratações, política de gestão, estrutura organizacional, processos, dentre outros, passaram a ser submetidas, obrigatoriamente, à Comissão de Gestão de Tecnologia da Informação, que foi convertida recentemente no Comitê de Governança de Tecnologia da Informação.

As questões relacionadas às diretrizes da Segurança da Informação estão sendo tratadas pela Comissão de Segurança da Informação. As questões relacionadas aos direcionamentos dos sistemas PJE e Projudi, pelos Comitês Gestores e Grupos de Trabalho dos respectivos sistemas.

O NEGE passou a atuar como parceiro da STI, auxiliando na interpretação e priorização das solicitações de relatórios e estatísticas provenientes das unidades judiciais do Tribunal, dando maior assertividade às informações disponibilizadas.

5. Implantação da Cultura de Gerenciamento de Projetos em conjunto com o NEGE

Em resposta a um cenário de dificuldades em estipular prazos, e de projetos interrompidos ou substituídos por outros sem a entrega dos resultados pretendidos, a STI fomentou junto ao NEGE – Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica- a criação de um Escritório de Projetos, responsável pela definição de uma metodologia para gerenciamento dos projetos no Tribunal e por apoiar as demais áreas do Tribunal a estruturar suas ações em

projetos, de acordo com essa metodologia; bem como, acompanhar o andamento dos projetos estratégicos do Tribunal.

Conceitos importantes do PMBOK, um dos mais importantes e difundidos guias para gerenciamento de projetos do mercado, foram incorporados a uma oficina prática de Gerenciamento de Projetos que levou os participantes a executarem toda a metodologia com um projeto lúdico em sala de aula, contribuindo para a absorção dos conceitos e difusão da cultura de gerenciamento de projetos.

Os projetos estratégicos do Tribunal, levantados pelo projeto Simplificar, podem ser acompanhados a partir da ferramenta de gerenciamento de projetos Artia (www.artia.com) e estão subsidiando a alimentação de um painel gerencial acompanhado pessoalmente pelo Presidente do Tribunal, Des. Almiro Padilha.

A metodologia e o manual de gerenciamento de projetos encontram-se disponibilizados no portal da Estratégia do Tribunal (estrategia.tjrr.jus.br), e as oficinas estão à disposição de todas as unidades do Tribunal que desejarem trabalhar de maneira estruturada e ter maior garantia de entrega de seus resultados.

6. Mapeamento do Processo de Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação em conformidade com a Resolução CNJ nº 182/2013

Com o advento da Resolução CNJ nº 182/2013, surgiu a obrigatoriedade do Tribunal seguir uma série de requisitos para as contratações de soluções de tecnologia da informação, fortalecendo a justificativa e reduzindo os riscos de contratos mal sucedidos.

A STI já seguia as diretrizes da Instrução Normativa nº 04/2010 do MPOG, por isso, foi preciso apenas introduzir os novos fluxos de tramitação criados pela resolução 182 e adequar alguns modelos de artefatos já existentes. O trabalho realizado pela STI foi incorporado, na íntegra, à nova versão do Manual de Contratações elaborado pela Secretaria de Gestão Administrativa – SGA, e já foi utilizado como base para as contratações constantes do Plano de Contratações 2015 do Tribunal.

A medida, além de contribuir para a conformidade das contratações de TI do Tribunal, visa proporcionar maior agilidade à tramitação, evitando que o processo retorne à STI por conta de pendências ou incorreções relacionadas à área Administrativa, visto que o modelo exige participação ativa da área administrativa do tribunal já na fase de planejamento da contratação e elaboração dos Estudos Preliminares e Termo de Referência.

Os processos e artefatos estão disponíveis no Portal de Serviços da STI.

7. Contratações de Soluções de TI realizadas e em andamento

Após revisão do Plano de Contratações 2015, para garantir o alinhamento com o PDTIC, foi dado início aos Estudos Preliminares para cada contratação, onde cada equipe de Planejamento da Contratação recebeu um prazo até o dia 31 de Julho para a elaboração e início da tramitação do documento, de maneira que, na primeira quinzena de agosto, todos os processos de contratação do Plano já estavam em tramitação.

Com praticamente 5 meses para realizar toda a tramitação necessária até a assinatura de cada contrato, foi possível realizar

as adequações solicitadas pelas diversas áreas do Tribunal e Controle Interno na grande maioria das contratações, de forma que as poucas que não forem concretizadas até o final deste exercício já estarão prontas para serem licitadas logo no início de janeiro de 2016, cumprindo em 100% o Plano de Contratações 2015.

Como principais contratações podemos destacar as seguintes:

- Contratação de Fábrica de Software para auxiliar a área de sistemas na entrega mais ágil e em maior volume de novos sistemas informatizados demandados pelo Tribunal; bem como, auxiliar na sustentação dos sistemas já existentes, garantindo maior agilidade na correção de erros e novas funcionalidades;
- Aquisição de 500 microcomputadores com dois monitores, dos quais, 250 foram adquiridos com o orçamento 2015, sendo os demais adquiridos em janeiro com o orçamento 2016;
- Contratação da Ferramenta Artia para gerenciamento de Projetos, permitindo maior controle sobre os projetos em andamento;
- Contratação de Ferramenta para apoio aos processos de atendimento ao usuário e gerenciamento de mudanças, aprimorando o nível de controle da STI sobre os prazos de atendimento e a produtividade da equipe;
- Licitação para solução de videoconferência em todas as unidades do Estado, inclusive penitenciárias, para atendimentos de audiências, inclusive precatórias, reuniões e demais situações onde não for possível, ou, for muito onerosa a realização do evento de forma presencial;

- Terceirização de Impressão: contrato que substituirá outros cinco contratos e trará maior controle e monitoramento sobre as impressões do Tribunal, contribuindo para a redução de gastos, custos operacionais e apoio à questão ambiental;
- Contratação de Subscrição de Licenças e Suporte do Sistema Operacional RedHat Enterprise Linux Server Premium e JBOSS com suporte, garantindo aos Sistemas Judiciais e Administrativos maior disponibilidade e estabilidade, devido ao apoio de empresa especializada que nossa equipe passará a contar;
- Contratação de Ferramenta para auxílio na criação da cultura da Segurança da Informação, através da simulação de situações que envolvem riscos de segurança, a fim de avaliar o nível de entendimento de nossos usuários acerca do tema;
- Equipamentos para implantação de Firewall nos prédios do Tribunal, garantindo maior segurança contra ataques cibernéticos externos;

O Plano de Contratações 2015, completo, com todas as contratações previstas, está disponibilizado no Portal de Serviços da STI.

8. Projeto de Unificação dos Sistemas Judiciais

Em resposta a um cenário em que o andamento dos processos judiciais exige a utilização de vários sistemas, que não interagem entre si, obrigando a materialização de processos de um sistema para o outro, somado à precariedade desses sistemas utilizados em versões completamente defasadas, a STI idealizou o projeto Unificação dos Sistemas Judiciais, que foi escolhido pela alta gestão do Tribunal como um dos Projetos Estratégicos do

Tribunal, alinhado ao Planejamento Estratégico Institucional 2015-2020.

Há três objetivos macro do projeto. O primeiro consiste em proporcionar mecanismos para que o Tribunal caminhe em direção a um cenário onde se utilizará um único sistema judicial, eliminando problemas de interoperabilidade atualmente existentes, e proporcionando aos servidores um ambiente único de trabalho até 2020. Enquanto isso não é possível, o outro objetivo macro do projeto é corrigir a defasagem de versões dos sistemas atuais, em busca de correção de “bugs” e obtenção de novas funcionalidades já desenvolvidas pelos órgãos de origem desses sistemas.

O terceiro e mais importante objetivo macro consiste na expansão do processo eletrônico para todo o Tribunal, avançando para a área criminal e segundo grau, aprimorando as competências já contempladas com o processo eletrônico, ainda no biênio 2015-2016.

9. Atualização do PJE e Alinhamento ao Projeto do CNJ

Como um resultado do Projeto de Unificação dos Sistemas Judiciais, o sistema PJE, que estava com mais de 20 versões atrasadas, foi atualizado pela equipe do Projeto, com apoio de todas as áreas da STI, que foram colocadas à disposição do Gerente de Projetos responsável, priorizando as tarefas do projeto, seja de infraestrutura, atendimento, banco de dados ou qualquer outra necessária.

A atualização da versão do PJE eliminou uma série de problemas vivenciados pelo Tribunal com o Sistema, dando maior agilidade ao trabalho dos servidores e magistrados.

Além da atualização da versão, o Tribunal articulou a visita do Dr. Bráulio Gusmão, Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ e atual Coordenador do PJE, dando novo direcionamento ao projeto no TJRR, e proporcionando maior alinhamento técnico e gerencial com o projeto nacional.

Como fruto desse alinhamento, a equipe do PJE do TJRR foi promovida ao status de fábrica do PJE, podendo agora contribuir diretamente com as melhorias do sistema, realizando modificações no sistema local que serão submetidas para incorporação ao software nacional.

10. Atualização do Projudi e Alinhamento ao Projeto do TJPR

Ainda como um resultado do Projeto de Unificação dos Sistemas Judiciais, a STI trabalha para a atualização do sistema Projudi, originário do Tribunal de Justiça do Paraná, da versão 4.5 para a versão 4.10, que deve corrigir uma série de “bugs” da versão atual, trazendo novas funcionalidades. Dentre elas, a possibilidade de atendimento integral de toda a área Criminal do TJRR; área esta com previsão de implementação apenas para 2018 no sistema PJE.

Entretanto, para chegar a essa atualização do Projudi, foi preciso construir um cenário de alinhamento técnico e gerencial com o TJPR, no sentido de que o TJRR pudesse obter total apoio daquele Tribunal para uma implementação eficaz do Projudi, minimizando a defasagem de versões, garantindo, ainda, certo nível de autonomia ao TJRR para adequação do Projudi à sua realidade.

A partir de uma reunião entre o Secretário de TI do TJRR e o Diretor de TI do TJPR, ocorrida ainda no primeiro semestre, na

cidade Curitiba-PR, foi possível fazer valer o acordo de cooperação técnica já existente entre os dois Tribunais, proporcionando treinamento técnico a dois analistas de sistemas do quadro do Tribunal que, além do treinamento recebido, tiveram a oportunidade de permanecer cerca de duas semanas em imersão no TJPR, convivendo e trabalhando diariamente com os desenvolvedores do Projudi, a fim de estreitarem os laços profissionais e absorverem maior conhecimento sobre o sistema, visando sua atualização.

Por fim, recentemente, o TJPR enviou, por uma semana, seu Analista de Negócios mais experiente para o TJRR. O servidor é especialista em Projudi Criminal, Analista de Sistemas e Bacharel em Direito, sendo o principal nome do Projudi naquele Estado.

O servidor do TJPR apresentou todo o funcionamento do Projudi Criminal à equipe técnica da STI e aos servidores que trabalham diretamente na área Criminal do TJRR, dando uma visão clara e promissora acerca da implantação dessa competência do sistema no TJRR. Sua visita consolidou o alinhamento entre o TJRR e o TJPR com relação ao Sistema, e tem importância ímpar na implantação do Processo Judicial Eletrônico também na área Criminal, podendo levar à desativação do sistema SISCOM.

11. Projeto de Unificação dos Sistemas Administrativos

De maneira similar à área judicial, a área administrativa do Tribunal precisa sair de um cenário onde é necessária a utilização de vários sistemas, com integração precária para o desempenho de suas atividades e, até mesmo, sair de um cenário onde muito trabalho manual é necessário ser realizado, em especial na área de Gestão de Pessoas.

A automação precária, ou falta de automação, obriga os servidores a realizarem trabalhos repetitivos em planilhas ou documentos estáticos, estando sujeitos a erros e sendo submetidos a uma carga de trabalho muito mais elevada, dificultando a realização de atividades gerenciais e obtenção de relatórios de acompanhamento.

Ciente de que esse cenário impacta diretamente na produtividade da área judicial e na prestação jurisdicional do Tribunal, a STI propôs o Projeto de Unificação dos Sistemas Administrativos, que foi adotado como Projeto Estratégico pela Alta Gestão do Tribunal, tendo como principais objetivos macros o fortalecimento do ERP Thema Polis, através de uma reformulação de sua contratação para que o Tribunal pudesse utilizar plenamente suas funcionalidades, usufruindo dos benefícios para os quais o sistema foi concebido, de forma similar a outros órgãos contratantes da mesma solução. Outro objetivo macro do projeto consiste na busca de soluções no mercado que possam integrar-se ao ERP Thema Polis, atendendo áreas não contempladas pelo sistema, e aprimorando áreas já contempladas. Por fim, o terceiro objetivo macro seria a integração de sistemas desenvolvidos pelo TJRR ou por outros tribunais ao ERP Thema.

12. Reformulação do Contrato do Sistema ERP Thema

Renovado pela 5ª vez consecutiva, o contrato do Sistema ERP Thema permanecia como o original, e por isso, precisava ser revisto, uma vez que seu formato já não atendia mais as necessidades do Tribunal, causando grande insatisfação de boa parte dos usuários.

Contudo, a utilização do sistema por período tão prolongado, não obstante as dificuldades e limitações contratuais, terminou

consolidando-o como sistema essencial para algumas áreas administrativas do Tribunal, como a financeira, patrimônio e recursos humanos, principalmente no que tange à folha de pagamento.

A infraestrutura tecnológica do sistema também carecia de sensíveis melhorias, visto que o mesmo estava com mais de 20 versões de defasagem em relação à última versão disponibilizada pela empresa; não possuía ambiente de homologação dedicado por falta de licenças de software, e boa parte das áreas do Tribunal estava sem o devido treinamento, dificultando o uso e aproveitamento pleno das funcionalidades do produto.

Após visita ao TJRS, que utiliza com êxito o mesmo produto, e à sede da empresa Thema, iniciou-se um esforço de reformulação do contrato do sistema, contemplando todas as atualizações, implementações e treinamentos necessários, bem como o estabelecimento de Acordos de Níveis de Serviços claros, a fim de que os serviços prestados pela empresa pudessem ser perfeitamente mensurados, conforme recomendações do Tribunal de Contas da União para contratações dessa natureza.

A contratação foi efetivada em novembro, e o cronograma de atualização e implementação de novos módulos, dentre eles o BI Gerencial, já está em andamento.

13. Implantação do Sistema de Inteligência de Negócios (BI Gerencial) para a área Administrativa e aquisição de Ferramenta de BI

Em resposta a uma antiga carência do Tribunal, comum em muitas organizações, a STI propôs a contratação do módulo BI Gerencial do Sistema ERP da Thema, que proporciona relatórios e gráficos gerenciais capazes de diagnosticar causas de

problemas, prever a necessidade de novos investimentos, através da identificação de tendências de comportamento do orçamento, consumo de materiais e muitos outros temas relacionados à área Administrativa do Tribunal.

O módulo BI gerencial contribuirá para a melhoria da qualidade das decisões dos gestores, que passarão a basear-se em dados reais obtidos do próprio sistema ERP Thema, que contempla a área financeira, recursos humanos, tramitação processual e logística do Tribunal.

Como um requisito para a implantação do módulo BI Gerencial, foi realizada a aquisição da ferramenta de BI Qlik View, uma das ferramentas líderes de mercado na atualidade, que proporcionará à equipe técnica da STI, a terceiros ou aos próprios usuários, a criação de seus próprios relatórios e gráficos gerenciais, a partir da análise de qualquer banco de dados disponível; inclusive, dos sistemas Judiciais, sendo ferramenta base para a reformulação do projeto de estatísticas judiciais do Tribunal, abrangendo a produtividade dos magistrados e toda a realidade da área-fim do tribunal. Já estão sendo elaborados os estudos Preliminares para contratação em 2016.

14. Implantação do Processo de Gerenciamento de Mudança

Com o crescente número de sistemas informatizados, cresce também a necessidade de compartilhar recursos tecnológicos, visto que se torna economicamente inviável e administrativamente caótico designar recursos exclusivos para cada Sistema.

A necessidade de intervenções nos sistemas, seja para correção de erros, seja para a melhoria de suas funcionalidades, cresce

também nesse cenário, gerando necessidade de mudanças que, se mal planejadas e executadas, geram riscos de efeitos colaterais que podem prejudicar o funcionamento de outros sistemas ou serviços, gerando transtornos aos usuários.

O Processo de Gerenciamento de Mudanças foi elaborado com base nas recomendações do modelo ITIL e da norma ISO/IEC 20.000, e está sendo utilizado para auxiliar o planejamento e a execução de mudanças no ambiente tecnológico do Tribunal, tais como, a atualização da versão do Sistema Projudi.

Um Comitê de Mudança foi criado para que os impactos de cada mudança sejam avaliados e os riscos sejam mitigados antes mesmo que ocorram. Todo o processo é documentado, e a mudança é testada e seus resultados apresentados ao Comitê, a fim de que a mudança obtenha sucesso logo na primeira tentativa, sem impactos negativos para os usuários.

15. Melhoria de processos e ferramentas relacionados ao Atendimento ao Usuário e criação do Portal de Serviços da STI

Muito embora a STI já contasse com uma Central de Serviços, chamada de Service Desk, verificou-se que era necessário o aprimoramento dos processos relacionados ao atendimento ao usuário, visto que, efetivamente, a Central de Serviços não era o ponto único de contato do usuário com a STI, como define o modelo ITIL e a norma ISO/IEC 20.000.

Essa realidade obrigava os usuários a tentar descobrir qual área da STI era responsável pelo seu atendimento, tendo que realizar diversos telefonemas, ou mesmo ir à STI presencialmente para obter o seu atendimento, sem qualquer garantia de prazo e sem

ter a certeza de que, quem o atenderia poderia realmente solucionar o seu problema.

Por sua vez, a STI era obrigada a manter várias frentes de atendimento ao usuário em todas as suas áreas, dificultando a concentração dos servidores mais especializados nas questões de maior complexidade, e no andamento dos novos projetos.

Em resposta a essa realidade, houve uma completa reestruturação dos processos de trabalho da Central de Serviços e das demais áreas da STI no que se refere ao atendimento ao usuário, tendo como base o modelo ITIL e a Norma ISO/IEC 20.000, com definição clara de papéis para cada membro da equipe e prioridade absoluta para solucionar a situação do usuário o mais rápido possível, preferencialmente, no primeiro contato.

Como porta de entrada principal desse novo processo de atendimento, foi criado o Portal de Serviços da STI, uma simples mas poderosa ferramenta de comunicação que permitiu aos usuários concentrarem suas demandas em um único ponto, obtendo o prazo máximo para atendimento. Toda demanda, solicitada via Portal de Serviços, passou a ser direcionada à Central de Serviços, que esforça-se para iniciar o atendimento em, no máximo, 10 minutos, solucionando por telefone ou acesso remoto o que for possível, e repassando à área especializada correta da STI as questões mais complexas ou demoradas, mantendo o solicitante informado acerca de prazos e do andamento de sua solicitação até o encerramento.

Todo esse processo conta com o auxílio da ferramenta OCOMON que, apesar de limitada, recebeu várias melhorias da equipe para

permitir o acompanhamento do atendimento e o cumprimento dos prazos estabelecidos junto aos usuários.

Uma nova ferramenta está em processo de aquisição. Ela dará melhor suporte ao atendimento das demandas dos usuários, contemplando, inclusive, outros processos, como o Gerenciamento de Mudanças e o Gerenciamento de Configuração e Ativos de TI.

16. Treinamentos aos servidores da STI

Através da Escola do Judiciário, e em alinhamento com os projetos em andamento e necessidades elencadas no Plano Anual de Capacitação, foram realizados treinamentos para servidores da STI.

Os principais treinamentos foram os seguintes:

- Oficina de Planejamento Estratégico de TIC: realizando a capacitação de 23 colaboradores do tribunal em planejamento estratégico de TI, utilizando o desdobramento do Planejamento Estratégia Institucional como referência. A turma compreendeu, em sua maioria, servidores lotados na secretaria de tecnologia da informação, bem como, colaboradores do Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica, Secretaria-Geral, Secretaria de Gestão Administrativa, Controle Interno e o Juiz Auxiliar da presidência.
- Capacitação em Gestão de Risco: em conjunto com o Núcleo de Controle Interno, culminou na recomendação da institucionalização de um grupo de gestão de risco do TJRR.

- Avaliação de Riscos: Treinamento oferecido pela EJURR, tratando das normas para implantação da gestão de riscos no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima
- Treinamento de Struts e Hibernate e Treinamento de Fluxograma do PJE, que contribuíram de forma significativa para atualizações e expansão dos sistemas PROJUDI e PJe, respectivamente.
- Análise de Requisitos e MPS.Br (Melhoria de Processo de Software Brasileiro) - servidores de diversas funções, trazendo benefícios na qualidade dos sistemas desenvolvidos pela STI.